

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 34 No. 1 Janeiro – Abril 2021

EDITORIAL

Iniciamos o ano de 2021 com mais um volume composto por 13 artigos e 2 resenhas avaliados em fluxo contínuo. É o primeiro de outros dois que ainda sairão neste ano, visto que agora nos transformamos num periódico quadrimestral. Diante dessa e de outras mudanças, consideramos importante trazer alguns esclarecimentos sobre as razões de as estarmos implementando.

Primeiramente, é importante destacar que a Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira vem buscando elevar a sua qualidade sistematicamente, o que exige acompanhar as sugestões dos indexadores nacionais e internacionais. Para tal, além de manter sua regularidade e ajustar sua periodicidade, estamos dando prioridade à transparência do fluxo editorial, todo ele registrado no sistema OJS (Open Journal System), na sua mais recente versão, e ocorrendo através do esquema *double blind review*.

Segundo as orientações dos indexadores e das práticas editoriais tradicionais, o fluxo editorial do periódico é realizado da seguinte forma: 1) recebimento dos trabalhos pelos autores e autoras conforme as regras editoriais consagradas e devidamente informadas na página online da Revista; 2) conferência dos trabalhos submetidos segundo as regras exigidas e avaliação da sua adequação enquanto produto científico; 3) envio do texto para avaliadores/as externos/as, por nós escolhidos segundo especialidade do tema, no sistema duplo-cego, omitindo os nomes de avaliadores/as e autores/as; 4) recebimento dos pareceres, e avaliação da pertinência destes enquanto crítica construtiva do trabalho; 5) informe aos autores e autoras da decisão final da comissão, acompanhando (ou não) a decisão sugerida por pareceristas, sendo elas: aprovado sem modificações, aprovado como modificações, resubmissão ou reprovado.

Finalizado esse fluxo e após a eventual aprovação, o trabalho entra em fila editorial e segue para publicação no momento adequado, o que se espera que não ultrapasse o prazo máximo de 12 meses entre a submissão e a publicação. Destaca-se que o prazo máximo entre a submissão e decisão final da comissão é de, geralmente, 6 meses. Após a publicação do volume, realizamos sua ampla divulgação nas redes sociais, *e-mail* e demais veículos oficiais da SAB. Para a realização do trabalho final de edição, editoração e de comunicação, a Comissão Editorial (gestão 2020/2021) conta com a atuação auxiliar de um secretário e uma profissional da área de comunicação. Acerca desse aumento do Conselho Editorial da Revista, explicamos que o fluxo de submissões tem crescido exponencialmente e cada vez mais precisamos estar presente no dia a dia das pessoas, o que justifica que o trabalho editorial seja ampliado para além dos membros eleitos, de modo que possamos atender essas novas exigências.

Além do exposto acerca do fluxo editorial e divulgação nas redes sociais, a Comissão Editorial possui outras demandas de trabalho, tais como: a) avaliar e

acompanhar volumes temáticos para o periódico; b) buscar novos e melhores indexadores; c) atualizar informações no website que explicitem com clareza suas regras de funcionamento, produzindo, em alguns casos, novos documentos que auxiliem no seu melhor desenvolvimento; d) esclarecer as dúvidas de autores, autoras, pareceristas, leitores e leitoras; e) gerenciar o sistema para seu correto funcionamento, atualizando versões do OJS, dirimindo eventuais problemas e auxiliando usuários; f) produzir relatórios do fluxo editorial e dos gastos do volume publicado, etc.

Avaliação, fluxo de informações e comunicação são elementos chave para que o processo editorial seja transparente, potente e sério. Esse processo tem feito a Revista de Arqueologia da SAB crescer e aumentar não apenas a quantidade de submissões nacionais e internacionais, mas também o fator de impacto, o que significa que as pessoas vêm buscando o periódico de forma crescente como fonte de pesquisa para seus trabalhos. O crescimento do fator de impacto e a mudança das regras de acordo com os indexadores nacionais e internacionais permitiu, por sua vez, que a Revista alcançasse o estrato A2 no sistema qualis CAPES.

Outra questão importante a se considerar é o lugar da Revista no contexto político nacional. A Comissão evita agendas pessoais no processo editorial. Não cabe aos editores determinar o perfil (ideológico, político, teórico ou metodológico) do trabalho a ser publicado, todavia entendemos que é da nossa alçada zelar por publicações que não firam a ética da profissão e criar um espaço público para o fomento do debate crítico e democrático acerca da realidade, passada e presente.

Academicamente, nos posicionamos de forma atenta e sensível ao cenário de mudanças correntes no campo do conhecimento, em que o conceito de Arqueologia tem sido crescentemente ampliado nas últimas décadas. Nesse sentido, o que não era considerado Arqueologia há alguns anos, pode ser vanguarda na atualidade. Por essa razão, ampliamos as temáticas de textos que recebemos. Além da expansão conceitual, também é importante destacar a interface corrente da Arqueologia com as demais áreas do conhecimento. Cada vez mais a Arqueologia é ciência, é literatura, é discurso, é política! Cada vez mais profissionais da área se articulam com físicos, químicos e estatísticos, assim como com indígenas, ribeirinhos, quilombolas e comunidades tradicionais em geral, o que demonstra, mais uma vez, que os interesses, parcerias e meios para criação do conhecimento vêm sendo sistematicamente ampliados. Nesse sentido, além da Comissão Editorial, é importante que os/as pareceristas mobilizados para avaliar os trabalhos também sejam conscientes de sua importante posição no fluxo editorial e estejam alinhados com essas mudanças. A atuação restrita de qualquer parte dos envolvidos no processo avaliativo pode ser limitante ao fluxo editorial, o que tende a dirimir o diálogo científico, ao invés de potencializá-lo.

Por fim, destacamos que a Revista de Arqueologia da SAB é *Open Access*, o que significa que ela não gera nenhum tipo de fluxo financeiro – ninguém paga e ninguém recebe para trabalhar no periódico. A Comissão editorial, assim como qualquer membro da gestão da Sociedade, atua voluntariamente. Da mesma forma, pareceristas também não recebem para avaliarem os trabalhos. Autores e autoras não pagam para publicar. Nesse sentido, os recursos para manutenção e

publicação da Revista dependem do fluxo de caixa da Sociedade de Arqueologia Brasileira (e os recursos são limitados), o que coloca dois desafios: 1) ampliar a qualidade do periódico e mantê-la em patamares elevados, entendendo isso enquanto um esforço coletivo da Sociedade; 2) profissionalizar, cada vez mais, o fluxo editorial, o que direta ou indiretamente envolve maior dedicação de recursos e tempo.

A relação de gratuidade e fluxo financeiro tem sido debatida mundialmente. De um lado, tem-se as grandes editoras buscando ambientes lucrativos, enquanto, por outro lado, cientistas de todas as áreas manifestam discordância em pagar pelo processo editorial, uma vez que grande parte das pesquisas já são bancadas com investimentos públicos. Enquanto editores da Revista de Arqueologia da SAB, assumimos o compromisso com a gratuidade, a qualidade e o sentido público do periódico.

Após algumas explicações sobre o processo editorial e de algumas das mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos, esperamos que este volume que se apresenta seja de grande contribuição para todos e todas. Agradecemos aos autores, autoras, avaliadores e avaliadoras.

Uma ótima leitura!

Fernanda Codevilla Soares
Luis Cláudio Pereira Symanski
Rafael Guedes Milheira